

ENTRE A TRANSFORMAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDANTIS

Frank Donie Teixeira Costa ¹

Lyelson Ferreira Oliveira ²

Prof.^a Dra. Rosangela de Sousa Veras ³

Prof.^a Dra. Marinalva Sousa Macedo ⁴

RESUMO

Movimentos sociais e estudantis enfrentam o dilema permanente de como transformar a sociedade sem serem cooptados e domesticados pelas estruturas do sistema que contestam. Este artigo tem como objetivo analisar as condições sob as quais esses movimentos se constituem como agentes de transformação social significativa, resistindo aos processos de absorção pelo Estado e pelo mercado que enfraquecem seu potencial crítico. A análise centra-se no Movimento Estudantil, tomando as ocupações de escolas de ensino médio no Brasil em 2016 como estudo de caso principal, em contraponto histórico com maio de 1968 na França. Metodologicamente, apoia-se em análise documental e revisão bibliográfica de caráter crítico. O referencial teórico dialoga com Paulo Freire, na compreensão da educação como prática de liberdade; Álvaro García Linera, na análise das contradições entre autonomia e institucionalização; e Boaventura de Sousa Santos, ao examinar como a educação popular no MST atua como antídoto à cooptação. Os resultados indicam que a efetividade dos movimentos reside na manutenção de uma tensão criativa entre a pressão institucional e a autonomia radical, evitando tanto o isolamento quanto a absorção passiva. Conclui-se que práticas educativas horizontais e a vinculação orgânica com as bases são fundamentais para sustentar um projeto de resistência crítica de longo prazo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Movimento Estudantil, Autonomia, Cooptação, Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais e estudantis representam uma força motriz na luta por direitos e na contestação da ordem estabelecida. No entanto, sua trajetória é frequentemente marcada por uma contradição fundamental: a tensão dialética entre a aspiração transformadora e o risco de institucionalização. Este artigo se propõe a investigar como tais movimentos podem sustentar seu caráter disruptivo e seu potencial de transformação social significativa, mesmo

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís Monte Castelo, fdonie@acad.ifma.edu.br;

² Graduando do Curso de licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís Monte Castelo, oliveira.lyelson@acad.ifma.edu.br;

³ Doutora pelo Curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rosangelaveras@em.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora, Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís Monte Castelo, prof.msma Macedo@acad.ifma.edu.br.



diante das pressões assimiladoras do sistema capitalista, que tendem a cooptar suas lideranças e a diluir suas demandas radicais em reformas paliativas.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os mecanismos que permitem a continuidade da luta social em contextos de forte pressão institucional. Tomamos como objeto central de análise o Movimento Estudantil, especificamente as ocupações de escolas de ensino médio ocorridas no Brasil em 2016, um evento emblemático de mobilização juvenil. Para enriquecer a análise, estabelecemos um diálogo histórico com o maio de 1968 francês, buscando identificar paralelos e divergências nos processos de luta e de absorção de demandas.

Os objetivos deste trabalho são: a) analisar a dinâmica entre autonomia e institucionalização dos movimentos sociais; b) examinar, a partir dos casos citados, as estratégias de resistência à cooptação partidária, financeira e midiática; e c) discutir o papel da educação popular como ferramenta de preservação da identidade e do projeto político dos movimentos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise documental e revisão bibliográfica crítica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa baseada na análise documental e na revisão bibliográfica. O referencial teórico apoiou-se em Freire (2019) e outros. As discussões intuem que a efetividade dos movimentos estudantis depende da tensão entre a atuação institucional e sua raiz contestatória.

METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise documental e revisão bibliográfica crítica. O referencial teórico apoiou-se em Freire (2019), Linera (2008) e Santos (2017), cujas contribuições são fundamentais para decifrar os dilemas aqui apresentados. As discussões conduzem à conclusão de que a efetividade dos movimentos depende da manutenção de uma tensão produtiva entre a atuação institucional e a raiz contestatória, sendo a educação um eixo central para evitar a domesticação.

A análise documental focou-se em documentos produzidos durante e após as ocupações estudantis de 2016 no Brasil, tais como manifestos, cartas abertas, registros em redes sociais e reportagens de veículos independentes que cobriram o movimento. Esses documentos foram examinados com o intuito de capturar as demandas originais, as formas de organização e os discursos que emergiram da base do movimento.

A revisão bibliográfica, por sua vez, buscou construir um arcabouço teórico crítico para interpretar os fenômenos observados. Foram levantadas e analisadas obras centrais de autores que discutem a dinâmica dos movimentos sociais, a educação libertadora e o Estado.



O diálogo com Freire (2019) permitiu compreender a dimensão pedagógica da luta social: com Linera (2008), a análise das contradições vividas pelas lideranças ao adentrarem as estruturas de poder; e com Santos (2017), a identificação de alternativas concretas de resistência, como a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A abordagem mista permitiu confrontar a teoria com a prática dos movimentos, oferecendo uma análise robusta sobre os desafios da autonomia frente aos processos de institucionalização.

REFERENCIAL TEÓRICO

O quadro teórico que sustenta esta análise é alicerçado em três pilares inter-relacionados: a pedagogia crítica, a sociologia dos movimentos sociais e a teoria pós-colonial.

Paulo Freire (2019) oferece a base para entender a educação não como um instrumento de domesticação, mas como uma "prática da liberdade". Para ele, o processo educativo é fundamental para a conscientização e para a ação transformadora da realidade. Nos movimentos sociais, as práticas educativas horizontais – como as rodas de conversa e as assembleias – materializam essa concepção, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e impedindo a emergência de vanguardas iluminadas e desconectadas das bases.

Álvaro García Linera (2008), analisando a realidade boliviana, introduz o conceito das "condições de possibilidade" dos movimentos sociais. Ele argumenta que quando as lideranças de um movimento ingressam no aparelho de Estado, criam-se "tensões criativas" que podem, paradoxalmente, tanto ampliar o campo de ação do movimento quanto levá-lo à sua descaracterização. A institucionalização, nesse sentido, é um caminho ambíguo: pode conceder poder de agenda, mas ao custo de diluir o caráter radical das reivindicações originais em reformas administráveis pelo sistema.

Boaventura de Sousa Santos (2017) complementa essa análise ao trazer a experiência do MST. Ele demonstra como a "educação popular" desenvolvida nos assentamentos e acampamentos funciona como um antídoto estrutural à cooptação. Ao criar suas próprias escolas e currículos, baseados na pedagogia do campo e na ligação orgânica com a terra e a luta, o MST constrói um contrapoder cultural que preserva sua identidade e seu projeto político de longo prazo, resistindo à "domesticação" pela cultura hegemônica.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

• O MOVIMENTO ESTUDANTIL: SUAS EXPRESSÕES NOS ANOS DE 1960

Os direitos civis, políticos e sociais que compõem a cidadania sustentam a modernidade política e inspiram a organização coletiva, elemento central da atuação social contemporânea. A defesa e a conquista desses direitos impulsionam os movimentos sociais, responsáveis pelo dinamismo das sociedades modernas.

Conforme Gohn (2013), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que permitem à população expressar demandas e adotar estratégias variadas — da denúncia e mobilização à negociação e desobediência civil. Tais movimentos surgem na tentativa de promover interesses comuns fora das instituições estabelecidas, podendo ser conservadores, quando defendem o status quo, ou progressistas, quando buscam transformações emancipatórias.

Entre os movimentos contestatórios, destaca-se o movimento estudantil, mobilização que envolve estudantes de diferentes níveis em defesa de melhorias na educação e na sociedade. O exemplo mais marcante ocorreu em maio de 1968, na França, quando protestos iniciados na Universidade de Nanterre se espalharam por Paris, culminando na “Noite das Barricadas”. O episódio, que resultou em centenas de prisões e feridos, transformou-se em greve geral, com adesão de trabalhadores, artistas e intelectuais (Costa, 2004).

Para Costa (2024), a França, marcada pelo conservadorismo e pela hierarquização social, representava o auge da sociedade capitalista moderna e burocratizada. Nesse contexto, a rebelião estudantil revelou contradições profundas da modernidade, ao expor os conflitos latentes em todos os setores sociais. Varela e Santa (2018) acrescentam que o movimento de 1968 redefiniu as formas de reivindicação nas democracias, ao demonstrar a possibilidade de contestar as instituições e a lógica capitalista dentro de um regime burguês.

No Brasil, a UNE ganhou destaque nos anos 1960 com a defesa da reforma universitária e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), que aproximou arte e política em um projeto nacional-popular (Ortiz, 1994). Com o golpe de 1964, a UNE foi colocada na ilegalidade, mas reorganizou-se na resistência à ditadura, ao lado de intelectuais e artistas. A experiência do CPC fortaleceu a resistência cultural, refletida na ascensão da Música Popular Brasileira e na contracultura de 1967.

O endurecimento do regime com o AI-5 e o decreto n.º 477 (1969) reprimiu duramente o movimento estudantil, resultando em prisões, exílios e silenciamento (Müller, 2021). Ainda assim, a militância persistiu de forma subterrânea, reaparecendo nos anos 1970 e 1980.



Atualmente, a UNE mantém relevância simbólica, mas enfrenta enfraquecimento devido à fragmentação interna, mudanças no perfil estudantil e novas formas de mobilização digital. A descentralização das lutas e a ascensão das redes sociais modificaram a dinâmica tradicional das organizações estudantis.

As ocupações escolares de 2016 retomam o espírito de autonomia e horizontalidade descrito por Freire, transformando o ato de ocupar em prática pedagógica e democrática. Contudo, como aponta Linera, parte desses movimentos foi cooptada por partidos e ONGs, o que reduziu seu potencial transformador. As pautas radicais por uma educação emancipatória deram lugar a agendas mais institucionalizadas.

Nesse ponto, a experiência do MST, analisada por Santos, oferece uma referência essencial. O movimento se mantém forte por investir na formação política e na construção de uma contra-hegemonia cultural, evitando a cooptação e preservando sua organicidade. Essa é uma lacuna presente em muitos movimentos estudantis, que, apesar da força inicial, carecem de estrutura formativa e continuidade.

Assim, a efetividade transformadora dos movimentos sociais depende da capacidade de equilibrar pressão institucional e autonomia interna. A educação popular, nesse sentido, constitui o eixo estratégico que sustenta essa tensão e possibilita a consolidação de práticas políticas verdadeiramente emancipadoras.

- **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA LUTA DE CLASSES:** a experiência do MST.

O objetivo deste tópico é dar continuidade à reflexão sobre a política do movimento estudantil, trazendo como referência empírica experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST, com a educação popular, cujas práticas educativas são desenvolvidas de formas horizontais em seus assentamentos/acampamentos, fortalecendo a resistência contra o processo de domesticação e a dominação, funcionando como antídoto à cooptação, preservando a vinculação orgânica com suas bases (Santos, 2017).

Inicialmente, é importante destacar que o MST é um movimento de massa com mais de trinta anos de existência, dentre seus objetivos, está à luta pela terra e pela transformação social. O Movimento teve origem nos anos de 1980, no Rio Grande do Sul, e posteriormente, expandiu-se para todas as regiões do Brasil. Portanto, os acampamentos/assentamentos conquistados pelo MST, são áreas de disputa pela terra, nessa condição, a contestação da ordem vigente se apresenta com muito mais força o que se expressa também em suas



A importância da educação para o MST, esta se torna cada vez mais necessária, “à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes “cercas”: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância” (Bezerra Neto, 1999, p. 39). O desafio do rompimento dessas cercas leva Caldart (2008, p. 128), a afirmar que,

Para elaborar sua proposta educativa, o Movimento se inspirou na experiência socialista de Cuba, Rússia, na pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e na sua própria pedagogia, denominada como “Pedagogia do Movimento”. Da Experiência Rússia, destacam-se autores como Pistrak e Makarenko, com suas reflexões sobre a relação entre trabalho e ensino e a auto-organização dos Estudantes. Da experiência Cubana, veio a inspiração da formação humana ampla e da criação das cirandas infantis. Da pedagogia do Oprimido, provêm a crítica a educação bancária e necessidade da valorização da realidade vivida pelo próprio Movimento, sobretudo, do protagonismo dos sujeitos que compõem o Movimento, de criar sua proposta educativa. No que tange a pedagogia do Movimento, esta incorpora os elementos de sua própria experiência evidenciando o caráter educativo de sua luta.

Outro aspecto da Pedagogia Socialista, diz respeito ao fato do questionamento das relações pedagógicas baseadas na exploração e na subordinação, a partir da criação de espaços coletivos de participação ativa e criativa dos estudantes: a auto-organização dos estudantes, na compreensão de Pistrak, **(2018)**, a criação desses espaços ajudariam na



remoção da centralidade das decisões escolares, todavia, o autor alerta para o fato de que existem algumas decisões que são específicas dos educadores. De qualquer forma, para o autor, auto-organização é uma questão chave para alterar as formas escolares e ajudar na organização dos estudantes, experiência que pode contribuir com o movimento estudantil.

Outra importante contribuição na elaboração da proposta educativa do Movimento refere à educação popular, inspirada, sobretudo, em Paulo Freire, os fundamentos político-pedagógicos da Educação Popular demonstram o compromisso com a transformação social e a participação ativa dos sujeitos, portanto, ela representa uma visão de mundo que reconhece a educação como um ato político que tem como horizonte a emancipação. Esse entendimento se expressa, principalmente, no livro “Pedagogia do Oprimido”.

A experiência educativa do MST, evidencia que qualquer movimento necessita de uma base teórica, ou seja, necessita de formação, pois como bem lembra Lenin (2015), sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Embora a consciência de classe seja forjada na luta, como bem lembra Marx.

A formação teórica amplia o horizonte da luta, pois, como lembra Gramsci (1981) em referência à sociedade capitalista, a superação de uma concepção ideológica só pode ocorrer quando as massas adquirem conhecimento. Para ele, o não teórico não consegue ir para além das aparências imediatas, o que dificulta a identificação de seu inimigo, contra o qual deve lutar.

Como podemos observar, no MST, fica explícita a necessidade de formar pessoas comprometidas com a transformação da realidade social. Portanto, não se trata apenas de uma reflexão sobre a necessidade de construção de um projeto de educação para o campo e sim da construção de um projeto de formação comprometido com a transformação social e com a militância direta nas lutas populares. Por isso, não se trata apenas de uma reflexão sobre a educação do campo, mas também sobre a educação necessária à classe trabalhadora e a luta contra as desigualdades que geram as injustiças sociais. Portanto, ao recorremos à experiência educativa do MST, buscamos demonstrar como o Movimento vem se constituindo no Brasil como protagonista, especialmente dos trabalhadores do campo, com seus projetos educacionais desenvolvidos, sobretudo, nos mostra as possibilidades de um projeto educacional integrado a um projeto social. Acreditamos que essa premissa deva valer também para a organização do movimento estudantil.

Pois como lembra, Mészáros (2005), educação para além do capital deve andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político



hegemônico, visto que, educar vai além da transferência de conhecimento; é conscientização e testemunho de vida.

MOVIMENTOS ESTUDANTIS

O movimento estudantil em 2013 foi um dos protagonistas das Jornadas de Junho, manifestações que eclodiram na cidade de São Paulo, lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento de R\$0,20 nas passagens de ônibus. Esses protestos se espalharam rapidamente por todo o Brasil, tornando-se as maiores manifestações políticas do país desde a redemocratização. A pauta inicial se ampliou para incluir demandas como a insatisfação com a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo de 2014, a melhoria dos serviços públicos (saúde e educação) e a reforma política, transformando-se em um grande protesto nacional com diversas reivindicações. Esse movimento viveu um ciclo de radicalidade, transformação e, por fim, uma significativa perda de força, marcada por um processo de institucionalização e esvaziamento. Este processo, no entanto, não foi uniforme, variando drasticamente entre diferentes universidades e, sobretudo, entre as universidades e os institutos federais, onde o movimento praticamente entrou em colapso.

A explosão de 2013 foi, em grande medida, um movimento de estudantes. Liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), universitários e secundaristas foram a espinha dorsal dos protestos iniciais contra o aumento das tarifas. A energia era de horizontalidade, antipartidarismo e uma rejeição profunda às estruturas tradicionais, incluindo as próprias entidades estudantis históricas, como a UNE e a UBES, vistas como parte de um sistema político corrompido. As ruas eram o palco, e a pauta era difusa, canalizando um descontentamento generalizado.

A contradição fundamental que permeia os movimentos sociais como transformar a sociedade sem serem cooptados pelo sistema que buscam mudar, manifesta-se com dramaticidade ímpar no movimento estudantil brasileiro contemporâneo. Esta análise busca desvendar os complexos mecanismos através dos quais o movimento navega entre a autonomia radical e a institucionalização, tomando como eixo central a trajetória que vai das Jornadas de Junho de 2013 até os dias atuais, com especial atenção às ocupações de 2016 como expressão máxima da pedagogia política emancipatória.

As Jornadas de Junho de 2013 emergiram como um terremoto político que reconfigurou radicalmente o cenário do ativismo estudantil. Sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL), consolidou-se um fenômeno de autonomia radical que não apenas questionava as políticas de transporte, mas fundamentalmente as próprias estruturas de



representação política tradicionais. Neste contexto, as ruas transformaram-se em arenas de experimentação democrática direta, onde os estudantes praticavam o que Freire (2019) conceituaria como educação libertadora, um processo de conscientização através da ação concreta. A rejeição às entidades estudantis históricas, como UNE e UBES, representava muito mais do que uma mera discordância tática; configurava uma ruptura epistemológica com as formas convencionais de fazer política.

Contudo, foi nas ocupações de escolas em 2016 que essa autonomia encontrou sua expressão mais sofisticada e pedagogicamente significativa. Ao transformarem as escolas em territórios de experimentação política, os estudantes secundaristas realizaram na prática o que a teoria educacional crítica sempre preconizou: a educação como espaço de liberdade e autonomia. As assembleias horizontais, as comissões de trabalho autogeridas e os processos decisórios deliberativos constituíam, nas palavras de Santos (2017), práticas educativas contra-hegemônicas que desafiavam não apenas a reforma do ensino médio, mas todo um modelo educacional bancário e vertical. Esta experiência ecoava profundamente as lições do MST analisadas por Santa (2017), onde a educação popular se revela como antídoto eficaz contra a domesticação dos movimentos sociais.

A guinada política representada pelo impeachment de 2016 e pela ascensão de governos abertamente hostis à educação pública forçou uma reconfiguração estratégica do movimento estudantil. Conforme analisa Linera (2008), quando as condições de possibilidade se alteram radicalmente, os movimentos sociais enfrentam o dilema existencial entre manter a pureza ideológica à custa do isolamento ou engajar-se no jogo institucional arriscando a cooptação. O movimento estudantil brasileiro optou por um caminho ambíguo: a reaproximação tática com as entidades tradicionais que antes criticava. Esta reinserção institucional, embora compreensível do ponto de vista estratégico, iniciou um processo de diluição programática que transformou pautas radicais de transformação em agendas defensivas de resistência. O que outrora fora um movimento pela reinvenção da educação convertia-se progressivamente em uma luta pela preservação do status quo anterior.

A análise comparativa entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e os institutos federais e estaduais (IFMA e IEMA) revela com clareza meridiana como a institucionalização segue trajetórias radicalmente distintas conforme o terreno político-institucional em que se desenvolve. Na UFMA, o movimento estudantil demonstrou notável capacidade de adaptação às novas condições políticas sem abdicar completamente de sua autonomia. A existência de cursos com forte tradição crítica - como Ciências Sociais, Direito e Filosofia - funcionou como uma espécie de reserva estratégica para a sobrevivência



do ativismo em tempos de refluxo. A relativa autonomia universitária e o ecossistema intelectual plural criaram nichos de resistência onde o movimento pôde se recompor e manter viva a chama da contestação. A permanência mais longa dos estudantes permitiu a cristalização de uma memória política geracional que serve como lastro histórico contra os processos de cooptação.

Em contraste flagrante, nos IFMA e IEMA assistimos ao que poderíamos denominar de colapso estrutural do movimento estudantil. A natureza instrumental dessas instituições, orientada para a lógica do mercado de trabalho, produziu uma cultura estudantil que privilegia o desempenho individual em detrimento da organização coletiva. A gestão verticalizada e o controle disciplinar rigoroso criaram um ambiente profundamente hostil à emergência de qualquer forma de mobilização autônoma. A rápida rotatividade dos estudantes - que permanecem apenas três anos - impossibilitou a construção de uma tradição de lutas que pudesse ser transmitida entre gerações, condenando cada nova leva de estudantes a reinventar a roda do ativismo.

O caso do IEMA é paradigmático deste processo de esvaziamento. A transição de escola técnica ou regular para instituto estadual foi acompanhada pela progressiva asfixia do movimento estudantil que antes florescia. O que esta experiência demonstra é que a mera existência de estruturas formais de representação estudantil é insuficiente e pode mesmo ser contraproducente - para garantir a vitalidade do movimento. Quando descoladas de uma base orgânica e de práticas educativas emancipatórias, estas estruturas tendem a se converter em mecanismos de cooptação e domesticação.

A trajetória do movimento estudantil brasileiro evidencia assim a complexa dialética entre autonomia e institucionalização. Se, por um lado, as experiências de 2013 e 2016 demonstraram o potencial transformador da ação direta e da educação popular, por outro, a reinserção institucional subsequente revelou os riscos da cooptação e da diluição programática. A efetividade do movimento estudantil como agente de transformação social depende, fundamentalmente, de sua capacidade de manter viva esta tensão produtiva: exercer influência institucional sem abrir mão da autonomia; construir alianças sem perder a vinculação orgânica com as bases; e, sobretudo, desenvolver práticas educativas permanentes que funcionem como anticorpos contra a domesticação.

Como demonstra a experiência do MST analisada por Santos (2017), somente através da construção de alternativas pedagógicas sustentáveis os movimentos sociais podem evitar a armadilha da cooptação sem recair no isolamento estéril. A geografia desigual entre UFMA, IFMA e IEMA nos ensina que a resistência à domesticação depende menos das estruturas



formais e mais da existência de ecossistemas políticos onde possa florescer a educação popular e manter-se viva a tensão criativa que Linera (2008) considera essencial para a transformação social verdadeira. O movimento estudantil brasileiro, em sua trajetória recente, encarna esta contradição fundamental: como transformar o mundo sem tornar-se refém das instituições que busca transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar que a trajetória dos movimentos sociais e estudantis é permanentemente tensionada entre a transformação e a institucionalização. A análise dos casos das ocupações de 2016 e de maio de 1968, à luz do referencial teórico de Freire, Linera e Santos, permitiu concluir que o risco da cooptação e do esvaziamento político é uma ameaça constante e estrutural.

A principal conclusão é que a efetividade e a longevidade de um movimento como agente de mudança social significativa dependem criticamente de sua capacidade de cultivar a autonomia por meio da educação popular e das práticas horizontais. Sem uma base educacional e cultural sólida, que fortaleça a identidade coletiva e o pensamento crítico, os movimentos tendem a se tornar reféns das dinâmicas de poder que pretendiam transformar.

A pesquisa prospecta que investigações futuras poderiam se debruçar sobre as estratégias específicas de financiamento autônomo e de comunicação alternativa adotadas por movimentos que conseguiram manter sua independência por décadas. O diálogo com outras experiências latino-americanas, além do MST, também se mostra um campo fértil para compreender melhor os mecanismos de resistência à domesticação. Por fim, reafirma-se que a verdadeira transformação social não reside apenas na conquista de espaços de poder institucional, mas, sobretudo, na capacidade de construir, desde já, os embriões de uma nova sociedade a partir das práticas e dos valores cultivados no seio dos movimentos autônomos.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline. Os desafios de uma Educação Revolucionária: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra IN: ORSO, José Paulino, MALANCHEN, Julia & CASTANHA, André Paulo (Org). **Pedagogia Histórico-crítica, Educação, Revolução: 100 anos da Revolução Russa: Armazém do Ipê**, Campinas: SP, 2017. (p.169-192).

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. São Paulo: Autores Associados, 1999. 118 p. (Coleção polêmica do nosso tempo, 67).



CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA, 2008

COSTA, Martha Gabrielly Coletto. Maio de 68 na perspectiva de Claude Lefort: a reinvenção do agir político no declínio do horizonte revolucionário. **Trans/formação**: revista de filosofia da Unesp, Marília, v. 47, n. 2, 2024. Disponível em: comet-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.scielo.br/j/trans/a/KPQZS3ZTT3CpstJggcQHbSF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 28/10/2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 86ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LENIN, V. SI. **Que fazer**: problemas candentes do nosso movimento. Tradução: Marcelo Braz. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo, Boitempo, 2005.

Müller, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Rev. História**, n.180, a03920, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586>. Acesso em 28/10/2025.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução: Luiz Carlos de Freitas. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SANTA, Helena. **Educação e Movimentos Sociais**: as práticas educativas do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto dela. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 9. N. 2, 2018, p. 969-991. Disponível em: comet-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.scielo.br/j/rdp/a/y3Pp9rJw h74HgTVPkxLNpFm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27/10/2025.

